



III CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

BREVE ANÁLISE DO MATERIAL DIDÁTICO DA EJATEC: OS DESAFIOS DE UM FAZER DOCENETE

Autora: Maria Islany Caetano de Souza

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) - islanydesouza@hotmail.com

Maria do Socorro Guedes

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) - socorroguedes4@gmail.com

Sílvio César Lopes da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) - sclopes2@yahoo.com.br

Resumo:

Nossa experiência e envolvimento com a educação nos últimos anos, tem despertado o interesse para o material didático a ser trabalhado com os alunos. Aos poucos, vamos percebendo os avanços que temos, mas principalmente as lacunas que os mesmos têm deixando quando o assunto é Educação de Jovens e Adultos. Se por um lado, o governo reconhece esse público com potencial enquanto número estatístico para educação, por outro, não o leva a sério, tendo em vista que não segue o que se estabelece na LDB - Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394, uma educação adequada às necessidades dos alunos. O que se cria são projetos, a exemplo do EJATEC, que medeiam educação básica a curso profissionalizante, porém não levam em conta o público específico e suas reais necessidades. Assim, que material utilizar para que este aluno sintam-se preparado? A proposta de nosso artigo é analisar alguns capítulos do material didático disponível para os alunos, tecendo algumas reflexões sobre os mesmos.

Palavras-chave: Aluno da EJA, Material didático, EJATEC, Análise.

Introdução

Ao longo de nossa prática na condição de professores, temos observado o quanto os recursos didáticos foram, nos últimos anos, ganhando espaços na sala de aula e, por conseguinte tornando-se aliados dos professores nesse processo. As tecnologias, o livro didático e outras ferramentas tendem a auxiliar o professor e a mediar o conhecimento. Estão presentes no dia-a-dia do professor e faz parte de sua práxis. Por outro lado, observa-se que é necessário pautar a escolha do material didático com a real necessidade dos educandos, uma vez que se observa certa disparidade do que é necessário e viável e as lacunas que os recursos didáticos trazem e não conseguem dar conta.

Assim, partiremos nesse artigo com o objetivo de avaliar material fornecido pela Secretaria Estadual da Educação do Estado da Paraíba (SEE-PB) para o projeto recém-criado EJATEC¹. Este

¹ EJATEC – De acordo com o Decreto nº 36.033 de 14 de julho de 2015, trata-se da Educação de Jovens e Adultos, anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio integrados à Educação Profissional, com a base legal do PROEJA. O mesmo tem por objetivo atender a demanda de jovens e adultos com a oferta de educação profissional técnica de



sugere uma proposta a ser desenvolvida na sala de aula durante o período de 3 semestres, com turmas do ensino presencial paralelo à turmas do ensino semipresencial da rede pública de ensino, tendo por base e fundamentação legal o PROEJA. Para tanto, faremos uma análise temática, sinalizando como os conteúdos são apresentados e abordados ao longo da proposta didática aqui estacada.

Por ser um estudo analítico, ao término do mesmo faremos as considerações acerca de como o vemos na prática do dia- a- dia da sala de aula. Assinalamos ainda que o nosso propósito parte da nossa prática, ou seja, daquilo que observamos, refletimos e atuamos junto a nossos alunos.

Breve olhar sobre a realidade da EJA

Como fomenta a Educação de Jovens e Adultos, a Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira LDB nº 9.394/96, na Seção V em seus artigos 37 e 38, aborda a EJA, sugerindo como o mesmo deve acontecer e adequar-se a esse público específico. Ressalta-se ainda a adequação do modelo de ensino com as necessidades dos educandos, fazendo com que o currículo se torne mais flexível e ajustável a essas necessidades.

Dessa forma:

O objetivo da contextualização é criar condições para uma aprendizagem motivadora e significativa, que propicie a superação do distanciamento entre os conteúdos estudados e a experiência de vida do educando, estabelecendo relações entre os tópicos estudados e trazendo referências que podem ser de natureza histórica, cultural ou social. (SOEK e WEIGERS, 2009, p.22)

Creemos ser de fundamental importância reconhecer esse processo, uma vez que o mesmo proporcionará aos sujeitos entender os modos de produção que regem a sociedade a qual estão inseridos e, por conseguinte, a forma como interagirão com a mesma.

De acordo com o que a lei assinala e assegura, a EJA deveria ter um currículo mais flexível e adequado à realidade do aluno. Porém, observa-se que as práticas desenvolvidas seguem as mesmas regras estabelecidas para o ensino regular. Isso nos leva a refletir algumas questões pertinentes, tais como a formação do professor para o ensino da Educação de Jovens e Adultos, bem como atentar para os subsídios que norteiam tal ensino.

É de suma importância ter em mente que:

nível médio. Está inserido na modalidade da educação básica, e tem toda uma estrutura curricular específica. In: PARAIBA: Diretrizes Operacionais para o funcionamento das Escolas da Rede Estadual da Paraíba 2016. <http://paraiba.pb.gov.br/educacao/>



O que constitui a chave de todo ensino: as relações que se estabelecem entre os professores, os alunos e os conteúdos de aprendizagem. As atividades são o meio para mobilizar a trama de comunicações que pode se estabelecer em classe; as relações que ali se estabelecem definem os papéis dos professores e dos alunos. Deste modo, as atividades, e as sequências que formam, terão um ou outro efeito educativo em função das características específicas das relações que possibilitam. (ZABALA, 1998, p. 89)

Desse modo, se as relações estabelecidas forem seladas com propósitos claros, os envolvidos no processo, professores e alunos, não serão apenas espectadores, mas copartícipes deste mesmo, no qual juntos ensinam e aprendem. Quando o professor perceber que sua prática só encontra sentido e respaldo no aluno e em seu processo ensino-aprendizagem, perceberá a importância das relações criadas em sala de aula.

Tais observações nos leva a olhar o processo formativo do professor para atuar na EJA, as lacunas que foram deixadas ao longo da formação, bem como refletir as mesmas. Uma vez que, a academia tem preparado os futuros professores para questões corriqueiras da sala de aula, as subjetividades do cotidiano, as particularidades dos conteúdos adequados à realidade, estes não são abordados, uma vez que a sala de aula é dinâmica e requer dos sujeitos ações imediatas na resolutividade de algumas questões. E no caso do trabalho com a EJA, muitas vezes o assunto não é tocado, uma vez que se reflete questões pertinentes a alunos do ensino regular e suas particularidades.

Outro fator a ser considerado é a realidade a qual estamos inseridos. Não se pensa a educação enquanto política pública. Mas a têm como meio de favores à população. Se para o ensino regular as condições são sub-humanas, para a EJA torna-se inexistentes, já que por inserir-se no mesmo contexto e não ter a devida importância aos olhos de quem detém o poder, visam apenas paliativos que minimizem a situação, mas que em nada a favoreça. Isso nos faz questionar o que está assegurado no Artigo 37 da LDB, mais especificamente o seu 2º parágrafo, onde assinala que “O poder público viabilizará e estimulará o acesso, a permanência do trabalhador na escola, mediante ações e integradas e complementares entre si”. (BRASIL, 1996).

Assim, até que ponto o poder público está de fato preocupado com a permanência do aluno no espaço escolar? Quando se observa o altíssimo número de evasão, a desistência por parte dos alunos por não adequar-se ao modelo de escola até então defendido e perpetuado ao longo dos tempos, modelo este que tem levado o aluno ao fracasso escolar. Vale ressaltar que o perfil do aluno da EJA é resultado mal sucedido do ensino regular. Ou seja, este sabe como funciona o sistema educacional, suas regras, sua forma de avaliar, seu jeito de educar. Pensar naquilo que o afastou e



tentar reverter essa situação é papel dos sujeitos envolvidos. Para tanto se faz necessário olhar para esse aluno não como um fracassado do sistema, mas como aquele que não aceita o sistema vigente. Se tivermos isso em mente saberemos dar respostas mais profícuas às reais necessidades de nossos alunos.

O material didático e sua utilidade

Visto como instrumento pedagógico e elaborado com uma finalidade específica, o material didático – especificamente o livro didático, tem facilitado a ação do professor no processo de ensino a seus alunos. Mesmo sabendo que outras ferramentas vêm sendo utilizadas, as quais estão a mediar as práticas desenvolvidas em sala de aula, este é ferramenta indispensável para o fazer docente.

Assim, visando uma melhor adequação dos conteúdos propostos a real necessidade do aluno, o professor deve avaliar qual a melhor forma de utilizar tal recurso na sala de aula, uma vez que, por mais que a proposta seja bela, aos olhos de um leigo, a mesma pode cair em extremos os quais não ajudam o professor, simplificando ou complicando demais um conteúdo, comprometendo a partir de seus exemplos e explicações o entendimento deste. Temos em mente que para uma aprendizagem significativa é necessário considerar a heterogeneidade da turma, além de suas particularidades.

É preciso ter em mente que:

O livro didático é um material de forte influência na prática de ensino brasileira. É preciso que os professores estejam atentos à qualidade, à coerência e a eventuais restrições que apresentam em relação aos objetivos educacionais propostos. Além disso, é importante considerar que o livro didático não deve ser o único material a ser utilizado, pois a variedade de fontes de informação é que contribuirá para o aluno ter uma visão ampla do conhecimento. (BRASIL, 2001, p.104)

A partir do que foi exposto, não é de se negar que o livro didático é um dos instrumentos mais utilizados pelos professores em sua prática na sala de aula, no que se refere à preparação, organização e desenvolvimento das atividades por este executadas junto a seus alunos. Assim, torna-se um suporte indispensável para o professor, uma vez que o livro didático permite a este se organizar, avaliar o nível da turma e, por conseguinte fazer os testes necessários, observando o quanto a absorção dos conteúdos desenvolvidos em sala de aula aconteceu nesse processo. Dessa forma, o material didático está correlacionado à prática da sala de aula, uma vez que o mesmo é pensado para um fim, a execução do professor junto aos alunos num contexto específico.



Nossa questão se dá quando o mesmo material não condiz com a realidade, uma vez que ao ser preparado não toma por base o contexto do aluno. Prepara-se um material para um grupo inexistente. E mesmo que siga uma ideologia, teorias e metodologias específicas, tais materiais não são adequados à realidade, pois, quando usam linguagem inferior, subestimam a inteligência dos professores e a capacidade dos alunos, já em outros casos, usam linguagem mais refinada com o propósito que confundir o aluno e não permitir que o mesmo interaja de forma mais profícua com o conteúdo, mostrando que estes não sabem o conteúdo abordado.

Vale ressaltar que na escolha do material didático, os técnicos estão atentos as teorias e autores que respaldam o mesmo. O envolvimento dos professores, aqueles que estão na base do processo, acaba sendo o mínimo. A sua participação acontece apenas, com a apreciação do material previamente escolhido pelas editoras e equipes técnicas. E em alguns casos, como o material analisado, a elaboração do mesmo não tem o envolvimento dos professores que trabalham com a Educação de Jovens e Adultos, e conhecem a realidade do ensino, nem pensam no perfil do público a ser trabalhado o mesmo. Ou seja, os professores, neste caso, assumem o papel de meros executores do processo.

Cremos ser de suma importância este estudo, uma vez que o mesmo possibilita visualizarmos as lacunas deixadas pelo material didático fornecido pelo Governo do Estado da Paraíba, ao passo que revela-nos a necessidade do professor em estar em plena formação, buscando sempre o melhor para seus alunos.

A análise proposta

Dentre tantas possibilidades de recursos didáticos, o livro didático é, indubitavelmente, o mais utilizado em sala de aula. Entretanto, se faz necessário que haja um conhecimento prévio desse recurso. É preciso observar as características dos livros didáticos, suas abordagens, métodos empregados para desenvolver os conceitos, bem como a condução para a construção do conhecimento.

É preciso observar, no entanto, que as possíveis funções que um livro didático pode exercer não se tornam realidade, caso não se leve em conta o contexto em que ele é utilizado. Noutras palavras, as funções acima referidas são histórica e socialmente situadas e, assim, sujeitas a limitações e contradições. Por isso, tanto na escolha quanto no uso do livro, o professor tem o papel indispensável de observar a adequação desse instrumento didático à sua prática pedagógica e ao seu aluno. (BRASIL, 2007, p.12)



O livro sobre o qual a discussão tem se desenvolvido foi fornecido pela Secretaria Estadual da Educação do Estado da Paraíba (SEE-PB) para o projeto recém criado EJATEC. A análise tem se baseado no 1º capítulo do livro do Ensino Fundamental intitulado “EU, OS NÚMEROS E A NOSSA SOCIEDADE”, o qual propõe trabalhar com os números e com o Sistema de Numeração Decimal. É válido ressaltar que o público que terá acesso a esse livro tem idade a partir de 15 anos, idade mínima para ingressar no Ensino Fundamental da EJA, segundo a Resolução CNE/CEB nº3/2010.

O livro traz como primeira proposta introdutória a seguinte questão:

INTRODUÇÃO

Discuta com os colegas e responda oralmente:

- ▶ Você sabe quando os números foram inventados? Como você imagina que eles surgiram?
- ▶ Em que situações você utilizou algum tipo de número no dia de hoje?
- ▶ Quais são as situações em que números costumam estar presentes em sua vida?
- ▶ Você acha que os números são importantes? Podemos viver sem eles?

Você já observou que os números estão presentes em tudo o que nos cerca, e que os usamos a todo momento? No dia a dia usamos os números sem nos dar conta de sua importância. Se refletirmos um pouco sobre isso, perceberemos que existem diferentes tipos de número. Neste capítulo vamos estudar algumas características dos **números naturais** e seus diferentes usos no cotidiano.

Figura 1: Introdução ao capítulo 1 retirado do livro didático do Ensino Fundamental do Projeto EJATEC

O texto introdutório (figura 1) vem permeado de questões cujas respostas são óbvias, haja vista que este livro destina-se a um público de EJA. Percebe-se nesta proposta que o aluno da EJA é tido como sujeito “incapaz” ou “limitado”, aquele que por não compreender certas linguagens e por ter dificuldade não consegue resolver um exercício mais complexo.

Mais adiante, (figura 2) observamos, novamente, a elaboração de uma atividade, cujo objetivo seria explorar o conhecimento a cerca da temática “números”, segue limitando a capacidade cognitiva do aluno. Nos deparamos com uma proposta imatura e que nada ou pouco acrescenta ao público a que se destina.



EXERCÍCIO 1

Vamos agora utilizar os números para descrever algumas de nossas características e também daquelas que fazem parte da nossa vida.

1. Responda às perguntas em seu caderno.
 - a) Quantos anos você tem?
 - b) Quantas pessoas moram com você?
 - c) Você tem irmãos? Quantos?
 - d) Faça uma **estimativa** de quantas pessoas há em sua família, incluindo as pessoas com algum grau de parentesco: pais, irmãos, tios, primos, netos, avós, sogros, genros, noras, cunhados.
 - e) Você tem ideia do número de habitantes do município onde você mora? E do estado ao qual seu município pertence?
 - f) Se possível, faça uma pesquisa no *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE – <www.ibge.gov.br>) para saber o número atualizado de habitantes no município e no estado onde você vive.

Figura 2: Primeiro exercício proposto no capítulo 1

É sabido a dificuldade que alguns alunos apresentam em relação à escrita, tendo em vista o tempo fora da sala de aula e a retomada dos estudos. Mas por outro lado, observa-se que este número de aluno é menor em relação aos alunos oriundos do ensino regular. Temos em mente que quando algumas questões não são levadas em conta, tais como a realidade do aluno, o contexto social ao qual se insere, a necessidade de aprender e por em prática o que se aprende, o estudo passa a ser um paliativo, o qual no final de uma etapa se obtém um certificado, mas pouco ou quase nada tende a somar para a vida do aluno, já que situações corriqueiras as quais exigem o mínimo de conhecimento dos mesmos, tenderão a ficar sem respostas.

Seguindo esse viés, acreditamos que os autores da obra desperdiçaram uma excelente oportunidade para tratar da temática números através de um recurso metodológico mais eficaz, de uma informação que agregasse conhecimento ao aluno. Trazer uma proposta atualizada, da qual se pudesse extrair dados numéricos que favorecessem a construção de tabelas e/ou gráficos certamente traria um aprendizado significativo.

Seguindo a mesma linha de raciocínio proposta, vamos perceber o recorte histórico, o qual trata da origem dos Números Naturais. Este sugere que os números surgiram em algum momento na história da humanidade a partir da necessidade de contar. Essa suposição é relatada a partir da lenda



clássica dos pastores e suas ovelhas: para cada ovelha que saía para pastar, o pastor guardava uma pedrinha em um saco. O rebanho era controlado fazendo uma correspondência um a um: para cada ovelha uma pedrinha. E a partir da utilização da palavra “pedrinhas” é que se supõe a origem da palavra **cálculo**, derivada da palavra latina *calculus*, que significa “pedrinha”. Apresenta também um quadro com a representação de outros sistemas de numeração (figura 3).

| | | | | | | | | | | | |
|------------|---|----|-----|------|------|------|------|------|------|------|----|
| Babilônio | V | VV | VVV | VVVV | VVVV | VVVV | VVVV | VVVV | VVVV | < | |
| Egípcio | I | II | III | IIII | IIII | IIII | IIII | IIII | IIII | ∩ | |
| Maia | | . | .. | ... | | — | . | .. | ... | | == |
| Grego | α | β | γ | δ | ε | φ | ζ | η | θ | ι | |
| Romano | I | II | III | IV | V | VI | VII | VIII | IX | X | |
| Hindu | ० | १ | २ | ३ | ४ | ५ | ६ | ७ | ८ | ९ | |
| Árabe | ٠ | ١ | ٢ | ٣ | ٤ | ٥ | ٦ | ٧ | ٨ | ٩ | |
| Indo-árabe | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |

Figura 3: Imagem “Sistemas numéricos de diversos povos”.

Dando sequência ao exercício proposto (figura 1), a abordagem se refere ao Sistema de Numeração Decimal. A apresentação desse conteúdo se dá de forma mecânica, apenas apresentando um número qualquer, e definindo o que é **ordem** de forma completamente descontextualizada. Ora, se a ideia é levar o aluno a compreender as relações entre ordens e classes, nada mais adequado do que lançar uma notícia da qual se pudesse extrair um número com pelo menos quatro ordens e a partir desse contexto explorar os conceitos inicialmente pretendidos.

Vejamos a figura a seguir:



Sistema de Numeração Decimal

Sabemos que com dez símbolos (0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9) e algumas regras do Sistema de Numeração Decimal podemos escrever qualquer número natural.

Vamos relembra algumas regras do nosso sistema de numeração.

Em um número, cada algarismo ocupa uma posição, que chamamos de **ordem**. Assim, por exemplo, o número 131 tem três ordens: a ordem das centenas, a ordem das dezenas e a ordem das unidades, e é formado pelos algarismos 1 e 3. Observe o quadro a seguir.

| Tabela 1 Ordem | | |
|----------------|----------|----------|
| 3ª ordem | 2ª ordem | 1ª ordem |
| Centenas | Dezenas | Unidades |
| 1 | 3 | 1 |

Observe que, no Sistema de Numeração Decimal, um mesmo algarismo pode ter valor diferente, de acordo com a posição (ordem) que ocupa no número. No quadro acima, o algarismo 1 aparece tanto na 3ª ordem, representando uma centena, quanto na 1ª ordem, representando uma unidade. Por isso, dizemos que o Sistema de Numeração Decimal é um sistema de **valor posicional**. Observe o quadro a seguir.

Tabela 2 Sistema de Numeração Decimal é um sistema de valor posicional

| 3ª ordem | 2ª ordem | 1ª ordem |
|---|--------------------------|-----------|
| Centenas | Dezenas | Unidades |
| 1 | 3 | 1 |
| 1 centena ou 10 dezenas ou 100 unidades | 3 dezenas ou 30 unidades | 1 unidade |

Em nosso sistema de numeração, os agrupamentos são feitos de 10 em 10. Assim:

10 unidades equivalem a 1 dezena
10 dezenas equivalem a 1 centena
10 centenas equivalem a 1 mil ou 1 milhar

Nesse sistema de numeração o zero indica a ausência de unidades em determinada ordem. Assim, por exemplo, o número 305 tem três ordens, e o algarismo zero, nesse caso, indica a ausência de unidades na ordem das dezenas. Observe o quadro a seguir.

| 3ª ordem | 2ª ordem | 1ª ordem |
|----------|----------|----------|
| Centenas | Dezenas | Unidades |
| 3 | 0 | 5 |

Figura 4: Abordagem completa do conteúdo “Sistema de Numeração Decimal”

Uma abordagem dessa natureza ilustra perfeitamente a crítica que D’Ambrósio (2003) traz em relação ao ensino de matemática. Ele afirma que as aulas de matemática funcionam como um canal de televisão que se desliga ao final de cada aula, e como se a matemática fosse algo separado da realidade extra-classe. Ele enfatiza que, geralmente, no ensino de Matemática a dimensão política é ignorada e que para muitos essa ciência é dissociada do contexto cultural. Trabalhada dessa forma, a Matemática não recebe dos alunos a sua devida atenção.

A mesma inadequação da abordagem do Sistema de Numeração Decimal ocorre no que se refere aos Números Naturais. A figura 5 traz a abordagem completa desse conteúdo. Além de uma abordagem do tipo *pocketshow*, há a exploração de números aleatórios, sem nenhuma conexão com o contexto social no qual o público interessado está inserido.



Os números naturais

Vimos, no início do capítulo, que os números 0, 1, 2, 3, 4, ... são chamados números naturais e que há uma infinidade de números, isto é, dado qualquer número natural, por maior que seja, é sempre possível somar mais um e obter outro número, e assim sucessivamente. Indicamos o conjunto dos números naturais com a letra N. Assim:

$$N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$$

Em um número natural, os algarismos podem pertencer a diferentes classes: 3ª classe ou classe dos milhões; 2ª classe ou classe dos milhares; 1ª classe ou classe das unidades simples, e assim por diante. De acordo com a quantidade de algarismos que formam um número, é possível decompô-lo em unidades, dezenas, centenas, milhares, milhões, bilhões, etc. Veja alguns exemplos:

$$125 = 100 + 20 + 5$$

$$1354 = 1000 + 300 + 50 + 4$$

$$10368 = 10000 + 300 + 60 + 8$$

Para fazer a leitura e a escrita por extenso de um número natural que figure na classe dos milhares ou em classes maiores, deve-se inicialmente separar os algarismos que o compõem de três em três, da direita para a esquerda, identificando as classes e as ordens. Veja como é a decomposição do número 123 532 377:

Tabela 3 Decomposição do número 123 532 377

| 3ª classe: milhões | | | 2ª classe: milhares | | | 1ª classe: unidades simples | | |
|-----------------------|---|---|------------------------|---|---|-----------------------------------|---|---|
| C | D | U | C | D | U | C | D | U |
| 1 | 2 | 3 | 5 | 3 | 2 | 3 | 7 | 7 |

Observe como é a escrita desse número por extenso:

- ▶ Cento e vinte e três milhões, quinhentos e trinta e dois mil, trezentos e setenta e sete

Figura 5: Abordagem completa do conteúdo “Os números naturais”

Ainda é possível destacar na mesma sessão uma informação equivocada. Observe que na figura 6 é afirmado que no início do capítulo foi dito “que os números 0, 1, 2, 3, 4, ... são chamados de números naturais e que há uma infinidade de números”.

Os números naturais

Vimos, no início do capítulo, que os números 0, 1, 2, 3, 4, ... são chamados números naturais e que há uma infinidade de números, isto é, dado qualquer número natural, por maior que seja, é sempre possível somar mais um e obter outro número, e assim sucessivamente. Indicamos o conjunto dos números naturais com a letra N. Assim:

$$N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$$

Figura 6

A informação no início do capítulo consta que com os “símbolos 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9 é possível escrever qualquer número natural” (figura 7).

O Sistema de Numeração Decimal que utilizamos nos dias de hoje se firmou pela facilidade de representar quantidades grandes e fazer diversos tipos de cálculo, como veremos nos capítulos posteriores. Com apenas dez símbolos (0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9) é possível escrever qualquer número natural. O sistema de numeração decimal foi criado na Índia e divulgado pelos árabes. Os algarismos utilizados para compor os números são, por isso, chamados de **indo-arábicos**.

Figura 7



Nessa definição o autor não deixa claro que esses “símbolos” aos quais se refere, têm uma nomenclatura específica, são os *algarismos*. Também não aborda adequadamente que números e algarismos têm significados epistemológicos distintos. É pertinente destacar que **Número** é a ideia de quantidade que nos vem à mente quando contamos, ordenamos e medimos. **Numeral** é toda representação de um número, seja ela escrita, falada ou indigitada; **Algarismo** é todo símbolo numérico que usamos para formar os numerais escritos. Assim, ao longo da proposta analisada observa-se as lacunas que a mesma deixa, além de infantilizar demais a proposta didática para o aluno, subestimando sua capacidade cognitiva.

Considerações Finais

Nosso propósito aqui foi refletir sobre o ensino da EJA, destacando o material preparado para esta modalidade. Mesmo constando como um direito assegurado na LDB nº 9.394, em seus artigos 37 e 38, a Educação de Jovens e Adultos é tida como um paliativo para os alunos, estes tidos como carentes. O grande exemplo está nos projetos criados, é o caso do EJATEC, que em seu bojo traz uma proposta inovadora, porém, seguem os mesmos princípios do ensino regular.

E quando se pensa o material a ser trabalhado, não se leva em consideração os professores que estão inseridos com o trabalho da EJA, nem o contexto e a necessidade do aluno. Afinal, estamos preparando nossos alunos para quê? É preciso ter em mente que mesmo sendo um grupo que está há alguns anos fora da sala de aula, os alunos da EJA ou de qualquer projeto que englobe Jovens e Adultos, necessitam de educação, mas educação de qualidade. E a qualidade envolve a todos e não só um grupo político. E o material aqui analisado, prova que, aqueles que “acham” que pensam a educação e seus problemas, estão distantes de entendê-los.



III CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Referências Bibliográficas

BRASIL. http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja_caderno4.pdf <Acesso 04/08/2016>

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Guia de Livros Didáticos PNLD 2008: Matemática.** Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº 42, DE 28 DE AGOSTO DE 2012.** In: https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000042&seq_ato=000&vlr_ano=2012&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC <Acesso em: 06/05/2015.>

D' AMBRÓSIO, Ubiratan. **Educação Matemática: da teoria a prática.** Campinas: Papirus, 2003.

PARAIBA: **Diretrizes Operacionais para o funcionamento das Escolas da Rede Estadual da Paraíba 2016.** <http://paraiba.pb.gov.br/educacao/> <Acesso em 10/05/16>

SOEK, A. M; WEIGERS, C. (Orgs). **Mediação pedagógica na educação de jovens e adultos: ciências da natureza e matemática.** Curitiba: Ed. Positivo, 2009.

TEIXEIRA, Kátia Trovato. **Matemática: Educação para Jovens e Adultos.** Coleção PROEJA. Vol. 2. São Paulo: Editora Técnica do Brasil: 2015.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar.** Trad. Ernani F. da Rosa.-Porto Alegre: ArtMed, 1998.